



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS**

**ACTA N.º 2/2012**

-----**SESSÃO ORDINARIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TRINTA DE ABRIL DE DOIS MIL E DOZE, REALIZADA NO AUDITÓRIO DO CENTRO CULTURAL DE MACEDO DE CAVALEIROS**-----

-----**PRESIDENTE – ADÃO JOSÉ FONSECA SILVA**-----

-----**1º SECRETÁRIO – ANTÓNIO DOS SANTOS PIRES AFONSO**-----

-----**2º SECRETÁRIO – CÂNDIDA DA ENCARNAÇÃO BAIXINHO**-----

-----Eram vinte e uma horas, quando o Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, após verificar a existência de quórum, declarou aberta a reunião, dando de imediato conhecimento do pedido de substituição dos seguintes Deputados Municipais: Manuel Alberto Rodrigues, Telma de Fátima Atalão Roma, Vítor Hugo Batista Matos, Helena Isabel Pires Seabra, António Mário Pegado Lemos de Mendonça, Maria Isabel Moreno Xavier Escudeiro, que foram substituídos, respectivamente, pelos senhores, Telma de Fátima Atalão Roma, José Manuel Carvalho Neto, Maria Virgínia Gonçalves de Sousa, Francisco Manuel Rosa, Henrique Manuel Vaz Afonso e Carlos Alberto Souto Pedro.-----

-----O Deputado Municipal Sr. Rogério Paulo Esteves Martins faltou por motivo justificado.-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Peredo, pela impossibilidade de estar presente na sessão desta Assembleia Municipal, fez-se substituir pela Sr.ª Deolinda da Conceição Ferreira Morais.-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Amendoeira, pela impossibilidade de estar presente na sessão desta Assembleia Municipal, fez-se substituir pelo Sr. Manuel António Cabeça.-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Espadanedo, pela impossibilidade de estar presente na sessão desta Assembleia Municipal, fez-se substituir pelo Sr. David da Silva Martins.-----

-----Verificada a lista das presenças, dela constavam 71 Deputados Municipais: Adão José Fonseca Silva, António dos Santos Pires Afonso, Maria Manuela dos Santos, José António da Silva Madalena, Manuel António Machado Carvalho, Maria Inácia Rosa, Fernando Humberto Gomes, Paulo Duarte da Silva Dias, Celina da Conceição de Sá Martins, Maria Helena Lopes Gonçalves, Manuel Duarte Queijo, Maria Raquel Cordeiro Moreno, Pedro Fernando Reis Mascarenhas, Maria Helena Rodrigues Magalhães, Isabel Maria Vaz Mesquita da Costa, Luís Inácio Fernandes Gonçalves, Manuel Luís Gomes Vaz, José Maria Peixoto Coutinho, Ana Rita Simão Rodrigues, Maria Inês Falcão Bárrios, António Joaquim Correia, Maria Idália Ferreira

Correia Mateus, Judite Maria Paulos Lino, Luís Adelino Batista, Alberto Manuel Pinela Salgado, Maria José Alves de Lima, José Fernando Lopes, Cândida da Encarnação Baixinho, António Carlos Manso Gonçalo, João Lourenço Correia, António Joaquim de Araújo Oliveira, José Manuel Carvalho Neto, Maria Virgínia Gonçalves de Sousa, Henrique Manuel Afonso, Carlos Alberto Souto Pedro, Luís Manuel Colmeiro Rodrigues, Manuel António Cabeça, Artur do Nascimento Vasco Parreira, Jorge Humberto Brás Fernandes, António Miguel Vinhas Romão, Arménio Augusto Carvalho, Carlos Alberto Brás Cabanas Justo, José António Génio, Manuel António Mendes Vieira, Eduardo João Martins Pereira, José Manuel Cova Veigas, David da Silva Martins, Manuel André Pires Morais, Simão Augusto Ventura Ferreirinha, José António Cordeiro, Manuel Augusto Vilarinho Pinto, Armindo Caseiro Cepeda, João Manuel Fernandes, Maria José Filipe Ventura Freitas, Manuel de Jesus Albino Rodrigues, Deolinda da Conceição Ferreira Morais, Marco Aurélio Pinto Ferreira, Gualter do Nascimento Mesquita, António Sérgio da Silva Botelho, António João Alves Trovisco, Rui Manuel Cosme Santos, Moisés do Espírito Santo Caseiro, Maria Delfina Guiomar Sarmento, Camilo António Morais, Benjamim do Nascimento Pereira Rodrigues, Jorge Orlando Pires Asseiro, Manuel António de Sá Mico, Maurício dos Santos Correia, Sérgio Avelino Lino, Francisco António Martins e Gumesindo António Gomes. Não compareceram 6, Mário Filipe Borges Teles, Joaquim Manuel Ferreira Seabra, António Afonso Salgado Ruano, Carlos Alberto Camelo, Rogério Paulo Esteves Martins e Francisco Manuel Rosa.---

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, deu conhecimento de toda a correspondência recebida até esta data na Assembleia Municipal, colocando-a à disposição de quem a pretendesse consultar.-----

-----Seguidamente, informou que quem pretendesse usar da palavra, relativamente à acta da sessão ordinária do dia 17 de Fevereiro de 2012, podê-lo-ia fazer. -----

-----Não havendo quem pretendesse usar da palavra, foi a acta posta à votação, tendo sido aprovada por maioria com 70 votos a favor e 1 abstenção.-----

-----**PONTO 1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----**(Artigo 86º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 Janeiro)**-----

-----**Abertas as inscrições, usaram da palavra:**-----

-----**BENJAMIM DO NASCIMENTO PEREIRA RODRIGUES (PS)** – Começou a sua intervenção questionando a Câmara de quem é a responsabilidade das obras que estão a ser efectuadas na estrada municipal que liga Gralhós a Talhas. Alerta para o facto de já ter feito anteriormente a mesma pergunta e a resposta tem sido sempre a mesma, pois a Câmara alega



que não tem qualquer responsabilidade, mas o que é certo é que já tem visto em alguns momentos pessoal da Câmara a tapar os buracos. Fez ainda referência a uma parte da estrada se encontrar cheia de buracos e a sinalização ser muito deficiente, pois para quem não a conhece depara-se ali com uma situação muito perigosa.. Disse também que a própria aldeia se encontra completamente esburacada inclusivamente com alguns buracos abertos há mais de três anos e definitivamente gostaria que o esclarecessem se a responsabilidade é das Águas de Portugal ou da Câmara Municipal.-----

-----Outra questão tem a ver com a limpeza dos caminhos, assunto que já teve oportunidade de abordar com o Sr. Vereador, Eng.º Carlos Barroso que lhe prometeu que quando as máquinas municipais andassem na zona de Vinhas também iriam para Talhas. Podemos mesmo contar com isso?-----

-----Quanto à obra em curso no centro de Talhas, perguntou se existe disponibilidade de ser a Câmara Municipal a empedrar parte da mesma, tendo em conta que é um largo mesmo no centro da aldeia.-----

-----Fez também alguns reparos relativamente à cidade, nomeadamente à estrada junto ao Piaget que está em péssimo estado, em muito, resultado da corrida de Galgos ali realizada por ocasião da Feira da Caça, tal como a estrada de acesso ao Hospital. Solicita também que, por motivos de segurança, seja repostos sinais de prioridade, (que existiu em tempos) na Rua Manuel Pires Cabral, na esquina dos Armazéns da Santa.-----

-----Pedi para ser esclarecido, pois teve conhecimento que foi aprovado na Câmara um acréscimo anual das taxas do abastecimento de água numa média de 13%, o que significa que de 2012 a 2020 terão um aumento de cerca de 265% em 8 anos. Porque razão estão a ser brindados com estes valores, pois pelo que já verificou a Câmara tem uma dívida estrondosa às Águas de Portugal?-----

-----**MARIA IDÁLIA FERREIRA CORREIA MATEUS (CDU)** – Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara o que se passa relativamente à aldeia de Pinhavelo, pois esteve lá na semana passada e aquele lugar mais lhe pareceu uma cidade fantasma, com o lixo a voar por todos os lados. Sugeriu que se a Câmara não pode fazer a manutenção, dê uma pequena verba às Juntas, para que estas possam trazer as suas freguesias limpas e asseadas.-----

-----**JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD)** – Começou a sua intervenção por se congratular com o início das obras em algumas artérias da cidade, nomeadamente na Cortinha do Moinho e na Av.ª Infante D. Henrique. Disse que está de acordo com a questão levantada pelo Deputado Municipal, Benjamim Rodrigues relativamente à estrada em frente ao Piaget e também na Av.ª Dr. Urze Pires, onde as tampas de saneamento estão muito elevadas. A

reposição do pavimento por parte da empresa do gás, também não foi a melhor.-----

-----Sobre a Albufeira do Azibo, é de facto um desconsolo olhar para aquele cenário, e ver o nível de água muito mais baixo do que é normal, fruto do Inverno seco que se fez sentir. A propósito disto, não pode deixar de se congratular com o facto de finalmente ter havido uma declaração de impacto ambiental, favorável à construção da Barragem das Veiguinhas. Em tempos a Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros, solidarizou-se com Bragança na defesa desta importantíssima obra para o abastecimento de água àquela zona tão carenciada. No entanto havia outros que insistiam numa solução absolutamente despropositada, que era o transporte de água para Bragança, decisão desadequada do ponto de vista ambiental e económico. Finalmente o bom senso imperou e já há condições para se avançar com a tão desejada barragem.-----

-----No que diz respeito à área da saúde ficou satisfeito por ver notícias que apontam para o facto de a Unidade de AVC em Macedo de Cavaleiros ir entrar em obras, o que de certa forma vem assegurar a sua continuidade, numa altura em que muitos colocavam em causa a sua presença em Macedo. O próprio Presidente da ULS do Nordeste, tem-se desdobrado em entrevistas, onde tem afirmado aquilo que são as linhas orientadoras da sua prática e daquilo que pretende imprimir ao ULS Nordeste. Em uma ou duas questões tem muito a ver com aquilo que em termos de Comissão de Saúde têm defendido, ou seja, defende a especialização que as Unidades devem fazer, aquilo para que estão melhor vocacionadas e para o que melhor sabem fazer e no caso de Macedo a excelência é o serviço de Ortopedia. Aponta também para o excelente serviço de Fisioterapia e para a Unidade de Convalescença, tendo Macedo âncoras que lhe permitem não se preocupar com o futuro, pois este estará assegurado. Relativamente ao serviço de Urgência não se sente tão seguro, o Sr. Presidente da ULS não se pronunciou e por isso a sua manutenção não está de todo assegurada, sendo este um motivo de grande preocupação. Por outro lado referiu que os critérios seguidos pelo Governo para financiar as ULS, não estão adequados à realidade dos territórios e a verba de noventa milhões de euros, destinada a financiar a ULS do Nordeste, parece-lhe insuficiente, devendo o Governo rever este caso.-----

-----**MARIA MANUELA SANTOS (PS)** – Fez a intervenção que a seguir se transcreve: “  
Após subir cerca de 1,5Km desde a aldeia ao alto do Monte do Facho, chegamos ao cimo e deparamo-nos com uma paisagem magnífica, que simultaneamente nos convida por um lado ao silêncio e meditação e por outro lado ao convívio. Dizem os entendidos que a capelinha remonta à idade média e que foi mandada edificar por navegantes, que andando perdidos em alto mar, vieram ter a terra segura e como recompensa, comprometeram-se a mandaram edificar uma capela a Nossa Senhora, a que chamaram Senhora do Campo. Quem escutar o marulhar das folhas das árvores que rodeiam a pequena capela, entenderá o porquê dos navegantes escolherem este local, porque o marulhar das folhas faz lembrar o bater manso das ondas do mar na costa. É um lugar magnífico de onde, segundo dizem os entendidos, é



possível observar os 7 Concelhos, com quem Macedo confina. Um destes domingos numa das nossas caminhadas, fomos até à Senhora do Campo e quis o destino que nesse dia, tivéssemos alguém que nos abrisse a porta e nos permitiu ver a capela, para além de nos ter feito um breve resumo da história do local. Perante os nossos merecidos elogios ao local, onde já realizamos excelentes convívios e onde por vezes costumo ir a observar os amantes de motocross, a senhora disse-nos com alguma mágoa que o Sr. Presidente da Câmara, apesar de ser natural de Lamas, nunca se interessou verdadeiramente pela Sr.<sup>a</sup> do Campo. Disse ainda que o Santuário não faz parte dos roteiros turísticos da Câmara e que já tinha solicitado isso ao Sr. Presidente, mas que o mesmo lhe perguntou, se ela sabia o que era um roteiro turístico e ela sentiu-se muito ofendida com isso. Prometi então à senhora que lhe fazia chegar este pedido. Fiz pesquisas e descobri que a Associação Terras Quentes, em protocolo com uma Universidade, procedeu a pesquisas que não revelaram grande valor. Dei-me ao trabalho de pesquisar no site da Câmara, e, em alguns folhetos como o guia útil para o visitante, a Rota da Castanha, o Turismo do Nordeste Transmontano, e comprovei que a senhora tinha razão, aparece mencionado o local mas sem fotografias, nem grandes explicações. Explicou também que precisam de angariar dinheiro para a instalação eléctrica, sob pena de algum dia a capela poder pegar fogo. Não pedem ao Sr. Presidente dinheiro porque sabem que estamos em crise, pedem tão só acções de divulgação do local que possa trazer peregrinos e possam ajudar a esta angariação. Deixo algumas sugestões que o Sr. Presidente fará delas o que muito bem entender: - reactivar o caminho de Santiago, que segundo os entendidos passava por aquele local; - organizar ou apoiar passeios pedestres para aquele local; - organizar ou apoiar passeios com BTT e Motocross; - Conseguir uma reportagem da RTP para aquele local; - Por ocasião da Feira de S. Pedro, conseguir para que seja naquele lugar o almoço ou jantar de inauguração e pensar em deslocar para lá, o Festival de Música Tradicional.-----

-----Outro assunto está relacionado com o Conselho Municipal de Juventude, para o qual vai ser hoje indicado um representante de cada partido. Sobre isto gostaria de dizer o seguinte: não é necessário existir Lei quando um Presidente da Câmara quer ouvir a Juventude, é só uma questão de a chamar. Eu nunca mais me esqueço que um dia um Presidente da Câmara fez um excelente Estádio Municipal e ficou muito triste porque os jovens nunca iam para lá, porque afinal eles não gostam de futebol, mas sim de desportos radicais.”-----

-----Relativamente à ULS, disse que teme pelo futuro da saúde no distrito e se tiver em conta a notícia que leu no Mensageiro de Bragança, contrariamente ao que foi dito pelo Deputado Municipal José Madalena esta deixa-a mais apreensiva do que esperançosa e passou a ler alguns excertos de uma entrevista dada ao referido jornal, pelo Sr. Presidente da ULS.-----

-----Sobre a entrevista frisou que por acaso ele diz: “... as duas entidades, anteriores, ACES e CHNE, tinham dívidas?” E ele diz o ACES não. E embora depois ele explique que o ACES não porque tem uma forma diferente de ser orçamentado, o que é facto é que só se gasta aquilo que se tem. Portanto, não tinha dívidas ao contrário do que algumas pessoas apregoavam. Depois quando se começa a dizer que o orçamento é baixo por ser feito com

base na capitação, por acaso aqui até concorda com o Senhor porque ele diz: "...Neste momento ainda estamos a elaborar o plano de negócio para os próximos três anos, e só no fim disso é que nós poderemos concluir se é ou não o orçamento bastante...". Noutro ponto e o senhor diz: "...não são necessários investimentos? Fiquei surpreendido pela positiva. O nível de equipamento nos cuidados de saúde primários é excelente, até é melhor do que nos cuidados hospitalares. Aliás tomáramos nós ter o nível de excelência de equipamentos que existem nos cuidados de saúde primários..." Esperemos que esta excelência se mantenha porque ao longo dos anos o hospital sempre teve muito mais do que os cuidados primários e nunca o conseguiu. Em relação às urgências básicas quando lhe perguntam se a urgência básica de Macedo pode vir a ser encerrada ele diz: "...É natural que venha a acontecer se a tutela assim o entender..." E diz mais que o argumento de que estaremos distantes para ter SUB's esse argumento cai por terra em Macedo de Cavaleiros quando houver autoestrada..." Diz também que "...nós investimos cerca de 100 mil euros no heliporto em Bragança para o tornar completamente operacional de dia e de noite. Isto está certificado pelo INAG...". Se a urgência se situar em Bragança não terá muita justificação o helicóptero em Macedo de Cavaleiros. Perguntaram-lhe: Há quem defende que devia ter sido construído um novo Hospital em Bragança, ao que o senhor responde: "...Isso carecia de um estudo aprofundado de uma forma global. A criar um novo hospital em Bragança os outros dois mantinham-se ou não? É preciso analisar a saúde da região e ver se devem manter-se três hospitais ou dois..." Falta é saber se esses dois são Bragança/Macedo, Bragança/Mirandela, Macedo/Mirandela. Estranhou também porque apregoam que o orçamento é pequeno e ele diz que: "... a ULS pode ter muito mais valias, podemos prestar melhores cuidados com muito menos recursos financeiros..." [Gostaria de saber como.](#)-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** neste momento deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que relativamente à intervenção do Deputado Municipal, Benjamim Rodrigues no que diz respeito às obras na estrada de Talhas, disse que tinha ficado com o registo. Sobre as águas, pagamentos e taxas, informou que o documento que o Sr. Deputado referiu, é um estudo elaborado pelo Prof. Mota e Costa, que faz um cenário do que teriam de ser as taxas, se as Águas de Trás-os-Montes mantivessem a mesma política de tarifário. Tem sido uma reivindicação desta Câmara a alteração da forma de definição do modelo de tarifário e todas as ineficiências de todo o sistema. Explicou que o preço da água em alta, é feito com um regulador, que fixa o preço e o faz pegando nos custos da Empresa. Vê quanto é necessário estipular de preço para que a Empresa seja viável, ou seja para remunerar o capital social dos accionistas e o preço sobe para tapar as ineficiências, por uma questão de simplificação. E isto tem feito com que o preço a que a água é disponibilizada aos Municípios e o tratamento de saneamento tenha vindo a aumentar, contrariando aquilo que estava definido no início da adesão, os tarifários tendencialmente iriam aproximar-se e iriam diminuir. Há dez anos atrás esta Assembleia aderiu ao sistema neste pressuposto, mas não é isto que se tem verificado. Neste momento continuam ainda com este processo por fechar e estão a ser pagos a montante na casa dos 0,50€ a água e a 0,55€ o saneamento, num acordo



provisório com as Águas de Portugal, na linha de um acordo com a anterior Ministra, Dulce Pássaro, que eram 0,48€ e 0,53€ o valor relativo, mas mantém-se por pagar o restante e é por esta razão que aparecem estas dívidas.-----

-----Quanto à limpeza de Pinhovelo, disse que ia ver com o Presidente de Junta o que se está a passar e concerteza que irão fazer o possível para melhorar, sendo certo que nesta freguesia não será fácil a manutenção, tendo em conta que não tem tapete.-----

-----Relativamente à questão das obras aqui mencionadas pelo Deputado Municipal, José Madalena informou que há um conjunto de necessidades, não só na cidade mas também em algumas estradas municipais. A Câmara está a fazê-las faseadamente, com alguns critérios em termos de urgência, estando também já em curso outras obras na cidade.-----

-----Sobre a intervenção da Deputada Municipal, Manuela Santos confessou a sua maior estranheza relativamente a tudo o que disse sobre o Santuário de Nossa Senhora do Campo. Há dez anos atrás aquele 1,5 Km de subida magnífica fazia-se em terra batida e hoje isso já não acontece. Não foi só a Câmara, mas deu a sua ajuda ao que lá está feito.-----

## -----**PONTO 2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

### -----**PONTO 2.1- INVOCAÇÃO DO 38.º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL DE 1974**-----

-----**Abertas as inscrições, usaram da palavra:**-----

-----**MARIA IDÁLIA FERREIRA CORREIA MATEUS (CDU)** – Fez a intervenção que a seguir se transcreve: “ Num tempo em que está em curso o mais feroz ataque às conquistas de Abril, celebrar mais um aniversário do 25 de Abril – o 38.º - não é um acto de saudosismo, muito pelo contrário, é o momento de reafirmar os valores e conquistas que a Revolução nos projectou no futuro. Abril trouxe-nos a liberdade, palavra vã na boca de quem nos tem governado nestes últimos 35 anos, mas que tem significado concreto, um significado que está plasmado na Constituição da República Portuguesa. A Revolução de Abril foi o direito ao trabalho com direitos, o direito à saúde, direito à educação e ao ensino, o direito à segurança social, foi o fim da Guerra Colonial, libertando os povos do jugo e foi também a construção do Poder Local Democrático.-----

-----38 anos depois do mais luminoso momento da história secular de Portugal, o país está subjogado a uma intervenção externa, consequência da política de direita levada a cabo por PS, PSD e CDS nestes últimos 35 anos. O pacto de agressão assinado com o FMI, BCE e EU pela mesma “Troika” nacional que nos tem governado e com o consentimento do Presidente da República, faz parte de um processo de ataque aos direitos dos trabalhadores do aumento da exploração do trabalho, e da retirada de direitos às populações. O memorando da Troika, a que chamam “ajuda” mas não dizem que são os ajudados, visa cortar nos salários, pensões e reformas, liquidar um largo conjunto de direitos sociais, encerrar serviços públicos essenciais

às populações, como centros de saúde, CTT, escolas, tribunais, esquadras entre muitos outros, visa colocar Portugal numa situação de dependência externa de como são exemplos as privatizações de sectores estratégicos para a economia, nomeadamente a EDP e a REN e outras que fazem parte do acordo, ao mesmo tempo a que assistimos aos benefícios e lucros escandalosos que a Banca e os Grandes Grupos económicos vão acumulando. O Pacto de Agressão vai tão longe quanto a vontade de ajustar contas com a Revolução de Abril, nomeadamente com o Poder Local Democrático com a extinção de Freguesias. Considerando que qualquer reforma administrativa do território que se pretendesse séria, deveria, ao contrário da liquidação de centenas de freguesias, criar condições e afetação dos meios indispensáveis ao exercício das atribuições e competências, que hoje lhe são negados e ao mesmo tempo concretizar a regionalização como a Constituição da República determina, indispensável a um processo de descentralização que se pretenda coerente, a uma reforma da administração pública racional, ao desenvolvimento económico regional e à defesa da autonomia municipal.-----

-----Considerando que as freguesias representam em termos do Orçamento do Estado – 0,1% do total – e em nada contribuem para a dívida pública, mais clara fica a intenção do governo – atacar o poder local e os direitos das populações ao bem estar e à satisfação das suas necessidades locais.---

-----Considerando que a liquidação de centenas de freguesias representaria um enorme empobrecimento democrático (traduzido na redução de mais 20 mil eleitos); enfraquecimento da afirmação, defesa e representação dos interesses e aspirações das populações que a presença de órgãos autárquicos assegura; o aprofundamento das assimetrias e perda de coesão (territorial, social e económica); o abandono ainda maior das populações, o acentuar da desertificação e, ainda, mesmo que o neguem, um ataque ao emprego público (milhares de trabalhadores das freguesias extintas cujo destino futuro será o despedimento ou a mobilidade).-----

-----O que nas comemorações do 38.º aniversário do 25 de Abril se coloca é: que os democratas e patriotas desta nossa rica região, mesmo aqueles que até hoje votaram naqueles que nos governam, se levantem e venham à luta na defesa da soberania e independência nacional, que venham à luta contra o Pacto de Agressão, a começar já amanhã com a participação nas comemorações do 1.º de Maio em Torre de Moncorvo e Bragança. Viva o 25 de Abril.”-----

-----**MANUEL LUÍS GOMES VAZ (PS)** – Tendo sido convidado pelo líder do Grupo Parlamentar do PS, para intervir nesta Assembleia realizada no dia 30 de Abril, sobre a questão do 25 de Abril disse que sim. Após ler a ordem de trabalhos, entendeu que não seria muito coerente estar a invocar o 38.º aniversário do 25 de Abril no dia 30.-----

-----Quanto ao 25 de Abril já teve oportunidade de o evocar no próprio dia, num discurso que fez num jantar do PS que foi realizado na noite do dia 24 para o dia 25 de Abril, onde comemoraram a queda do regime que oprimiu durante 50 anos o povo português e o





nascimento da liberdade na noite de 24 para 25. Também teve oportunidade de ouvir a evocação ao 25 de Abril, brilhantemente feita pelo Sr. Presidente da Câmara e pela sua camarada Manuela Santos, no Pavilhão do Parque Municipal de Exposições.-----

-----Tendo em conta a “febre” que está a inundar a governação do País, de aumentar as horas de trabalho aos trabalhadores, de reduzir os dias de descanso, de transferir feriados e anular alguns, achou que faria certamente mais sentido neste dia, falar do 1 de Maio que se comemora já amanhã. Lembrou as centenas de milhar de pessoas, que em Maio de 1886, fizeram o primeiro grande levantamento operário, para lutar pelas 8 horas de trabalho (note-se que nessa altura trabalhavam 10, 12, 14 horas); - Lembrou também aqueles que tombaram, porque morreram dezenas de pessoas entre polícias e manifestantes e uns anos mais tarde em França fizeram também a primeira grande evocação desta data. Mas só em 1919, em França, é finalmente consagrada a tabela das 8 horas de trabalho diário e é finalmente consagrado o 1.º de Maio como Dia do Trabalhador. No ano seguinte é a Rússia que segue o mesmo caminho. Depois de tudo isto é preocupante assistir-se em Portugal a uma governação com pouco carácter e pouca preocupação social em que os direitos conquistados ao longo do tempo pelas classes trabalhadoras, tenham vindo efectivamente a ser postas em causa. Embora haja uma conjuntura internacional que certamente nenhum governo nacional vai resolver, terá de ter uma resolução global. É essa conjuntura internacional que vai oprimindo e brincando com os Estados um a um, como alguns bancos noutros tempos, brincavam com os cidadãos. Ao longo das últimas décadas as políticas neo-liberais conduziram a isto, o livre circular da economia e da alta finança, os conceitos da auto-revelação, deram efectivamente nisto e hoje à mão invisível do dinheiro brinca-se com os Estados, como Portugal, Espanha, Itália, Grécia e mais outros que se seguirão.-----

-----Pensando no que acabou de dizer, entende que o discurso devia entrar neste caminho e reflectirmos todos para onde é que este mundo vai e ver as contradições que nele existem. Todas estas situações levam-nos a pensar como será o futuro da nossa juventude, do País e da Europa. Podem até argumentar que as medidas que o Governo está a tomar eram inevitáveis, mas têm de reconhecer, que aqueles que eram os credores e que hoje brincam com os Estados, impõem a sua maneira de agir, com muitos sacrifícios, sem consciência social, o que leva a que as condições dos trabalhadores sejam cada vez piores. Fica por vezes espantado com as posições assumidas pelo B.E e pelo PCP, pois uniram-se ao PSD e CDS para deitarem abaixo um Governo, que estava a tomar medidas de austeridade, mas com consciência social. Agora estes dois Partidos ficam muito surpreendidos com a falta de consciência social do actual Governo. Estão todos efectivamente numa encruzilhada, mas estão também numa situação em que se há alguém que não pode perder a esperança são os trabalhadores. Ao longo do tempo foram ganhando batalhas com, sangue, suor e lágrimas e hoje se há liberdade, segurança social, tranquilidade progresso e tudo isto foi graças à luta fundamentalmente das classes trabalhadoras, que ao longo do tempo se souberam impor e

souberam tocar o mundo para a frente. Termina dizendo: “Viva o 1.º de Maio”.-----

-----

-----**JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD)** – Fez a intervenção que a seguir se transcreve: “ Comemorou-se na passada 4.ª feira, o trigésimo oitavo aniversário do dia fundador do Portugal livre e democrático. Este dia, lembra-nos a cada ano, o enorme percurso já efectuado de aproximação aos países mais avançados da Europa e do mundo. Estes países são precisamente os de maior tradição democrática e que sistematicamente ocupam os lugares cimeiros da tabela do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), das Nações Unidas, onde se consideram vários critérios de avaliação como o nível de educação, cuidados de saúde, esperança média de vida e o PIB per capita. E neste momento particular em que o país está submetido a um programa de ajuda internacional, o 3.º da história da sua democracia, e em que muitos portugueses sentem na pele, as consequências de uma crise económica e financeira de que não temos memória, há um sentimento geral de empobrecimento que potencia uma crise de confiança na democracia.-----

-----Segundo o FMI, o PIB per capita de Portugal passará do 36.º lugar entre 184 países do mundo, em 2011, para o 40.º lugar em 2015, a pior marca dos últimos 26 anos, ou seja, desde a nossa adesão à Comunidade Europeia. A deterioração deste indicador, frequentemente usado para analisar a qualidade de vida de um país, vai ser particularmente acentuada este ano, em resultado do forte ajustamento da economia. A recuperação será certamente lenta e prolongada, subjugados como estamos ao insustentável peso de uma dívida pública acima dos 100%, que condicionará durante muitos anos o nosso futuro coletivo. Os cidadãos questionam-se como foi possível chegarmos aqui, interrogam-se sobre o que falhou em todo o processo, e dizem acreditar cada vez menos nos responsáveis políticos. Mas paradoxalmente, estão mais atentos e escrutinadores do que se passa na vida política.-----

-----

-----Esta crise é uma oportunidade de o Estado, que deve agir em nome dos cidadãos, reassumir o poder regulador que negligenciou nos últimos anos e que tantos erros e abusos permitiu. A política tem de se aproximar dos cuidados através de um discurso mas sobretudo uma prática que não esconda a verdade, que seja rigorosa na gestão da coisa pública, que restitua a confiança dos cidadãos na superioridade do sistema democrático. Estou convencido que esta crise mudará profundamente a relação entre eleitores e eleitos, binómio estrutural da democracia representativa, com a emergência de uma atitude mais participativa, interessada e exigente por parte dos cidadãos. Renovo em cada evocação do 25 de Abril, a esperança e o desejo de um país e num concelho mais desenvolvido, mais justo e mais solidário.”-----

-----

-----**PONTO 2.2- BOAS PRÁTICAS NO ÂMBITO DA CULTURA NO NOSSO CONCELHO-**

-----Sobre este ponto usou da palavra a Deputada Municipal **Celina da Conceição Sá Martins**, também Presidente da **Associação Potrica**, que fez a seguinte intervenção: “-----

-----Fundada há 5 anos, a Associação Potrica, Grupo de Acção Cultural do Nordeste Transmontano, tem vindo a desenvolver um conjunto de iniciativas culturais na cidade de



Macedo de Cavaleiros. Centrando a sua atividade num território que se debate com graves problemas de desertificação humana, o grupo tem-se esforçado por promover eventos que cheguem de uma forma eficaz junto da população, trazendo a cultura para espaços públicos habitualmente não vocacionados para esse efeito. Assim aconteceu com “Pausa para a leitura” ou com o evento comemorativo que assinalou o centésimo aniversário de Miguel Torga, denominado “ Pão Torga e Poesia”, que foram as duas iniciativas da associação com maiores repercussões públicas através da comunicação social. "A cultura é uma necessidade imprescindível de toda uma vida, é uma dimensão constitutiva da existência humana, como as mãos são um atributo do homem.-----

-----" Ortega y Gasset: Tertúlias públicas, exposições, incentivo à leitura, teatro, ballet, workshops, um festival de vídeo documental, são alguns dos exemplo de actividades desenvolvidas ao longo dos últimos cinco anos pelo grupo de acção cultural do nordeste transmontano. Em todas as iniciativas esteve sempre presente a preocupação de envolver a comunidade, socializando a cultura numa proposta que se pretende inovadora, democrática e criativa. O grupo promove as suas iniciativas em parceria com o município, com empresas e com instituições locais, tendo recebido contributos de um leque tão variado de empresários que vão da actividade livreira até à restauração. "A cultura não se herda, conquista-se." André Malraux: A associação mantém também um jornal on-line que informa e atualiza a região do nordeste transmontano diariamente. O site é visitado por milhares de pessoas e é já uma referência na comunicação social de suporte unicamente digital. Tendo merecido atenção de uma jornalista que o estudou no âmbito da sua tese de mestrado.”-----

**PONTO 2.3 –  
APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, ELABORADA NOS TERMOS DA ALÍNEA e), N.º 1 DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO-----**

-----Pelo Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi dada uma breve explicação acerca da informação escrita sobre a actividade da Câmara Municipal, que aqui se dá como integralmente transcrita, ficando a fazer parte integrante desta acta.-----

-----Abertas as inscrições, usou da palavra:-----

-----**MARIA MANUELA SANTOS (PS)** – Disse que já supunha o ar de estranheza do Sr. Presidente da Câmara, relativamente à questão do Santuário da Sr.<sup>a</sup> do Campo, mas tudo isso foi ouvido por testemunhas. Não lhe sabe dizer o nome da senhora, apenas sabe que pertence à Comissão Fabriqueira da Igreja. Sabe também outras coisas que a senhora lhe disse, como por exemplo, que antes o percurso era em terra batida e agora é uma estrada que não deve ter custado assim tanto dinheiro.-----

-----Em relação à requalificação urbanística do Bairro da Cortinha do Moinho, disse que há muitos anos atrás, ouviu um Deputado Municipal falar contra o então Presidente da Câmara, Eng. Luís Vaz, dizendo que tinham sido feitas as obras, mas que havia um enorme desnivelamento que provocava estragos nos carros. Espera que no final das obras que agora estão a ser feitas, esses

desniveleamentos sejam corrigidos, porque estes continuaram a verificar-se na Av.ª Álvaro de Castro. Aproveita também para pedir à Câmara, que de alguma forma possa compensar os comerciantes desta Avenida que estão a ser muito prejudicados, devido às obras.-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que sobre a questão que referiu do desniveleamento, não sabe a quem se referiu, mas adiantou que o maior problema daquela obra, foi só terem feito a parte superficial, sem terem feito as infra-estruturas e por essa razão, é que está agora a ser feita uma profunda intervenção de raiz. A obra está a decorrer a bom ritmo, esperando que assim continue. Os comerciantes serão compensados pela nova via que vão ter, não podendo estar a pensar noutras formas de compensação, nem na Cortinha do Moinho nem noutra qualquer.-----

**PONTO 2.4 – REVISÃO DO REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DAS TAXAS DO MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS – APROVAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA a), N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO**-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação do Plenário a proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião realizada em 2012.04.17, que se transcreve: “-----REVISÃO DO REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS-----

Sobre o assunto presente a informação do Departamento de Administração e Finanças, que se transcreve: “*O projecto de revisão do regulamento de liquidação e cobrança de taxas foi aprovado pela Câmara Municipal na reunião de 16 de Fevereiro de 2012. Foi o referido projecto sujeito a apreciação pública, nos termos do art.º 118.º do Código do Procedimento Administrativo, tendo, para o efeito, sido publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 45 de 2 de Março de 2012 e no site da Câmara Municipal em [www.cm-macedodecavaleiros.pt](http://www.cm-macedodecavaleiros.pt). Não foi feita qualquer apreciação ou sugestão ao mesmo. Deve pelo exposto a Câmara Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro aprovar a presente proposta de Regulamento de liquidação e cobrança de taxas e submetê-lo à aprovação da Assembleia, conforme estipula a alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei antes referida*”.-----

**DELIBERAÇÃO:** Após ter sido dado cumprimento ao estatuído no artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal por unanimidade dos seis membros eleitos presentes, deliberou submeter à aprovação da Assembleia Municipal a Revisão do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas do Município de Macedo de Cavaleiros, nos termos da alínea a), n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que aqui se dá como integralmente transcrito, ficando cópia do mesmo devidamente rubricada pelos membros do Executivo, arquivada na pasta correspondente a esta reunião.-----

-----**Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra**-----

-----**DELIBERAÇÃO: Apreciado o assunto a Assembleia Municipal por maioria com 70**



votos a favor e 1 abstenção dos membros eleitos presentes, deliberou nos termos da alínea a), n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar a Revisão do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas do Município de Macedo de Cavaleiros, que aqui se dá como integralmente transcrito ficando cópia do mesmo devidamente arquivado na pasta correspondente a esta reunião.-----PONTO 2.5- DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2011, NOS TERMOS DA ALÍNEA e), N.º 2 ARTIGO 64.º CONJUGADO COM A ALÍNEA c), N.º 2 DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA E REPUBLICADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação do plenário a proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião realizada em 2012.04.17, que se transcreve: "-----DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2011-----Presente para apreciação e aprovação os Documentos de Prestação de Contas do ano de 2011.-----Relativamente a este Documento o Sr. Presidente da Câmara informou que nele se reflete uma nova diminuição nas transferências do Orçamento de Estado e a questão financeira resultante do fornecimento de água, do saneamento básico e recolha e tratamento dos resíduos sólidos urbanos. Que em termos de custo com o pessoal o peso dos encargos relativamente às receitas regista alguma diminuição. É um documento que reflete a situação económica.-----Em termos gerais o que se verifica é que cada vez mais os orçamentos e os planos são vistos na perspectiva de contabilidade de custos o que dificulta as apreciações, que há rubricas que agregam áreas muito distintas nomeadamente o fornecimento de serviços onde está desde a compra de esferográficas até às águas e ao tratamento de resíduos.-----

-----Relativamente ao Documento o Sr. Vereador, Rui Vaz leu o documento que a seguir se transcreve: "*Da análise transversal que é possível fazer ao documento apresentado, que mais uma vez é apresentado aos vereadores da oposição com escassa margem de tempo para análise fazemos os seguintes comentários: 1. Mais uma vez o documento quanto à estrutura e apresentação, não merece reparos, antes pelo contrário, é um documento bem estruturado e não temos dúvidas que tecnicamente reflecte o que foi a gestão do município no ano de 2011. E o que reflecte não é de forma alguma motivo de grande regozijo para os seus responsáveis. 2. Para além de preocupante, nenhum gestor poderá ficar satisfeito quando a organização que dirige, no final do exercício dá prejuízo! Não tivemos tempo para o confirmar, mas é nossa convicção que é a primeira vez na história do município que é apresentado um resultado do exercício negativo, neste caso de 1.633.436,46 €, o que reflecte um resultado negativo absoluto de 3.384.000 € face ao ano anterior. Não estão a parabéns! 3. A despesa corrente aumentou em relação a 2010 em 380.000 € e a despesa de capital no mesmo período diminuiu 170.000 €, valores que podem não ser significativos mas que refletem a tendência que tem mais uma vez a gestão deste executivo em 2011. Também ao nível das despesas de capital se verificou*

uma baixa execução de 41,78 %. 4. Analisando a *Evolução do Balanço*, percebemos que alguns resultados são desastrosos, desde logo: Se por um lado se verificou uma redução da dívida a terceiros de Médio e Longo Prazo em cerca de 1.600.000 € (de 14.079.798 € para 12.500.764 €), o que reflete uma variação negativa de 11,6 %, por outro lado temos o espantoso aumento de 5.055.000 € da dívida a terceiros de Curto Prazo (de 6.200.876 € para 11.254.795 €) o que reflete uma variação de mais 81.5 %! Tendo o total do passivo aumentado em cerca de 4.500.000 €, o resultado final do passivo apresentado, que ultrapassa já os 30.000.000 € (6 milhões de contos) vêm ao encontro daquilo que vimos dizendo ao longo destes anos da gestão deste executivo. Também daqui podemos inferir, que o município mais uma vez apresenta uma diminuição da dívida a terceiros de Médio e Longo Prazo, à banca portanto, à custa dos fornecedores, que não basta já a conjuntura desfavorável que têm de enfrentar, para ainda terem que contar com uma câmara má pagadora. 1. Já nos fomos habituando com este executivo a ver a autarquia no limiar da capacidade de endividamento, o que mais uma vez é verificado, pondo desta forma em causa o financiamento de obras que tardam em arrancar. 2. As taxas de execução financeira deste exercício são desastrosas, apresentando as piores taxas de execução dos últimos 20 anos. 3. Os saldos finais de 2011 da dívida às Águas de TMAD de 3.404.735,00 € e à Resíduos do Nordeste de 1.384.211 € são vergonhosos e aos quais ainda podemos acrescentar a dívida de 2.083.184 € à Associação de Municípios da Terra Quente, o que só a estas 3 entidades perfaz o espantoso montante de 6.872.130 €! 4. V. Exas. não estão de parabéns, herdaram uma câmara com uma dívida na ordem de 1.200.000 contos (6.000.000 €) e passados 10 anos conseguiram a enorme proeza de a multiplicar por 5, apresentando neste momento e como já referido, a ruinosa dívida de 30.000.000 € e seguramente no que ao desenvolvimento diz respeito, não poderemos de forma alguma fazer a mesma multiplicação. Não acreditámos no Plano e Orçamento apresentados por este executivo para 2011, por isso votámos contra, e apresentámos as nossas razões. Agora no momento de nos mostrarem os resultados daquilo que propuseram e fizeram, aquilo que mais uma vez podemos dizer é que tínhamos razão, este caminho, o caminho traçado por este executivo só nos pode levar a um destino, o do retrocesso.-----

-----Pelo exposto, e porque o que está em causa neste documento é a análise dos elementos nele contidos, os quais tecnicamente não pomos em causa, os vereadores do Partido Socialista não se revendo na política levada a cabo por este executivo, abstêm-se na votação do mesmo.”-----

-----Relativamente ao que foi dito pelo Sr. Vereador, Rui Vaz o **Sr. Presidente da Câmara** disse, que como já o referiu na sua introdução, regista-se a diminuição nas transferências do Orçamento de Estado, assim como o aumento das dívidas, às águas, saneamento, tratamento de resíduos sólidos urbanos, Águas de Trás-os-Montes e à Alto Douro e Associação de Municípios da Terra Quente. Disse que o que é vergonhoso é a situação em que colocaram os Municípios com a adesão aos sistemas multimunicipais das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro a que os Municípios foram obrigados a aderir. Esta adesão deveria conduzir à melhoria



do serviço, ao nivelamento dos tarifários e a diminuição dos encargos para os Municípios, mas, o que se verifica é que está a ser um sorvedouro de recursos. Não obstante de terem sempre contestado este modelo e nos últimos anos, por opção, no sentido de procurar uma resolução deste problema, houve o não reconhecimento formal de facturação, nomeadamente ao nível dos valores do tarifário. Da mesma forma como também há divergências em termos de avaliação de património e de todo o procedimento. E é a incorporação do reconhecimento desta dívida contabilística que gera os resultados. Quando se fala aqui em prejuízos, está-se a falar de contabilidade. Mais disse que o exercício deste ano é um exercício normal onde os consumos de água, saneamento e de resíduos não têm variações relevantes mas que se verifica é que há de facto uma incorporação de encargos que fazem disparar estes valores. Por um lado com a diminuição das receitas e por outro pelo facto de um conjunto de obras que estão em curso, nomeadamente, desde a envolvente do Estádio, a requalificação da Avenida Infante D. Henrique e a requalificação da EN 102 e outras obras, verifica-se uma diminuição das despesas de capital previstas em 2011 e que se vai reflectir em 2012. Mais disse que o exercício não pode ser lido nessa perspectiva contabilística, que os números sempre permitem. É esta a justificação ou a interpretação que tem que ser dada e não pode deixar de ser feita, por outro lado, a incorporação destes valores negativos é feita de uma forma perfeitamente normal nos resultados transitados, estes no valor de três milhões e oitocentos mil euros. Está-se a falar de contabilidade pura e por isso tem que ser interpretada nessa perspectiva. Disse que continua a preocupar é de facto a resolução dos problemas da sustentabilidade do abastecimento de água, saneamento e tratamento de resíduos. Em termos das despesas correntes, disse que cada vez mais os Municípios, têm tendência a ter mais despesas correntes consoante o nível de serviços que proporcionam aos cidadãos, nomeadamente na Educação, Acção Social, no Desporto, na Cultura, no lazer e na criação de condições para que a economia funcione.-----

-----Relativamente à questão dos empréstimos e dívidas a fornecedores referiu que estão concentrados em duas entidades. Lembrou ainda que relativamente à Banca não houve contratação de empréstimos, embora, estivessem autorizados pela Câmara e Assembleia mas não foram excepcionados e visados em tempo útil, o que obriga a que essa parte da dívida esteja em curto prazo e não em médio e longo prazo”.-----

-----DELIBERAÇÃO: Concluída a apreciação e discussão dos Documentos de Prestação de Contas do ano de 2011 elaborados de acordo com o POCAL e a Resolução n.º 4/2001 do Tribunal de Contas, procedeu-se à votação dos mesmos, sendo aprovados por maioria, com três votos a favor do Sr. Presidente da Câmara, do Sr. Vice-Presidente e da Sr.ª Vereadora Sílvia Garcia e três abstenções dos Srs. Vereadores Rui Vaz, Gilberto Galhardo e Maria Adelaide Baptista, e encontram-se devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta, quando para tal for solicitado.-----

-----Mais foi deliberado remeter o assunto à próxima Assembleia Municipal para efeitos de apreciação e votação nos termos do disposto na alínea e) do n.º 2 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações constantes da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de

Janeiro, conjugado com o disposto na alínea c) do n.º 2 do art.º 53.º do mesmo diploma legal.”-

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que sobre este ponto disse que a Câmara teve no exercício de 2011 um valor global de cerca de 18 milhões de euros. Teve de receita cobrada 17.989.574,95€ e de despesa 18.009.558,38€. Este valor é superior à média dos últimos 10 anos que se situa em 17.300.000,00€.--

-----Em 2011 as transferências da Administração Central (FEF) para a Câmara, baixaram significativamente. As despesas com o pessoal diminuíram em termos absolutos e em termos relativos à totalidade da despesa isto apesar de ter havido um aumento dos encargos sobre as remunerações. Os resultados líquidos do exercício de 2011 foram de menos 1.633.436,00€. O activo do Município a 31 de Dezembro de 2011 era superior a sessenta milhões de euros, o dobro do passivo do que o Município apresenta no relatório de gerência. Este exercício fica também marcado pela não concretização de utilizações de empréstimos bancários, o que faz também aumentar os compromissos que transitam por pagar. Em 2011 foram amortizados 1.579.013,00€ de empréstimos de médio e longo prazo. As condições de mercado têm inviabilizado a execução da receita de venda de bens de investimento, sendo esta uma das grandes falhas na execução, e isto não tem sido possível pelas condições do mercado que todos bem conhecem. Este documento reflecte também a questão financeira resultante do sistema de abastecimento de água e saneamento e dos resíduos sólidos urbanos e cuja resolução se arrasta. Sobre a área da educação também podem verificar que os encargos são de cerca de 2.100.000,00€/ano e que as receitas transferidas dos orçamentos da Administração Pública para o Município são de apenas 550.000,00€, existindo aqui um diferendo muito grande. No âmbito do processo de modernização Administrativa centralizaram o atendimento do Município, fizeram a desmaterialização que está já numa fase de cruzeiro, melhoraram as condições para funcionários e munícipes, prossegue a aposta na formação do pessoal e o processo de certificação no atendimento e a melhoria da qualidade global.-----

-----**Abertas as inscrições, usaram da palavra:**-----

-----**LUÍS ADELINO BATISTA (PS)** – Leu o documento que a seguir se transcreve: “As exigências da legislação vigente, nomeadamente a referente à regulamentação das contas das Autarquias Locais, veio facilitar e uniformizar a elaboração dos documentos relativos a esta tão importante matéria, representando o POCAL, Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais um grande passo para alcançar essa mesma uniformização. Este documento, respeitante que é do plano contabilístico referido, é um documento bem estruturado, coerente, obedece como já o referimos em anos transactos a uma lógica de apresentação de razoável compreensão e merece por esses motivos o nosso respeito. Quanto ao seu conteúdo, enquanto documento técnico que visa tratar toda a documentação contabilística referente ao exercício, neste caso do ano 2011, e tendo em conta a idoneidade e a responsabilidade com que pautamos os técnicos da autarquia responsáveis pela sua elaboração, também aqui manifestamos o nosso respeito pelo trabalho realizado e apresentado. Quanto aos resultados





que o documento nos transmite, estes são o reflexo do trabalho, da estratégia e da visão gestonária deste executivo, nos quais não nos revemos e a qual nos merece alguns reparos de cariz marcadamente político. Dez anos deste executivo trouxeram-nos um concelho mais despovoado, e dizem-nos os CENSOS 2011 que fomos um dos concelhos que mais gente perdeu no distrito de Bragança, com 9,2 % de perda que representam cerca de 2000 habitantes, números que certamente já hoje teriam de ser atualizados em alta. A esta desertificação do concelho, podemos juntar uma sede de concelho também ela deserta, triste, sem vida, que em determinados momentos, principalmente aos fins de semana nos transmite a imagem de uma cidade fantasma. Este quadro já hoje pintado de negro, é o resultado das más políticas e falta de estratégia levadas a cabo por este executivo, e os números que nos apresentam nestas contas que hoje apreciamos referentes ao ano de 2011, são de facto uma evidência disso mesmo, senão vejamos: Ao contrário do que aconteceu nas contas de gerência referentes ao exercício do ano anterior, e realçado na intervenção da bancada da coligação, em que foi apresentado um resultado líquido do exercício de 1.750.646,32€, no exercício em análise o resultado é negativo em 1.633.436,46€ ou seja uma variação negativa de 3.384.000€. E neste particular são no mínimo estranhas as palavras do Sr. Vice-Presidente da Câmara, economista, quando diz publicamente em resposta às críticas feitas pelos vereadores do Partido Socialista às contas de gerência de 2011. "(...) desde quando uma autarquia tem que ter resultados líquidos positivos!?". Se o resultado líquido contabilístico do exercício é a diferença entre todos os proveitos obtidos pela instituição e todos os custos por ela suportados durante um ano em análise, então a performance da gestão está certamente refletida em função desses resultados serem positivos ou negativos. São também estranhas as palavras do Sr. Vice-Presidente da câmara quando, também em resposta às críticas dos vereadores do Partido Socialista, quando estes apelidam de "monstruosa" a dívida da autarquia que já ultrapassa os 30.000.000€ (6.000.000 de contos) se dirige aos macedenses dizendo-lhe: "(...) estejam descansados, que com a atual conjuntura económico-financeira melhor seria impossível" Será caso para perguntar ao Sr. Vice-Presidente da câmara se a conjuntura económico-financeira a que está sujeita a autarquia de Macedo será diferente da conjuntura económico-financeira a que estão sujeitas as restantes autarquias do país e em particular as do distrito de Bragança, nomeadamente algumas da mesma cor política, em que os resultados, com obra feita são exemplares. Será que os macedenses ficam descansados de saberem que a sua câmara é a mais endividada do distrito e uma das piores pagadoras? Será que os macedenses ficam descansados ao ouvir dizer ao seu Vice-Presidente que não interessa ter um passivo de 30.000.000€ quando tem um ativo de 60.000.000€ que dá para pagar duas vezes o passivo? Que bens do município pretende alienar para alcançar esses resultados? A análise da Evolução do Balanço apresenta alguns resultados que, ao contrário do que diz o Sr. Vice-Presidente, devem deixar os macedenses pouco descansados, desde logo:-----  
-----O espantoso aumento de 5.055.000€ da dívida a terceiros, de Curto Prazo (de 6.200.876€ para 11.254.795€) que reflete uma variação de mais 81.5 %!-----  
-----O aumento total do passivo em cerca de 4.500.000€ (900.000 contos)!--

-----Redução da dívida de Médio e Longo Prazo, ou seja à banca em 11,6% à custa dos fornecedores já por si cheios de problemas motivados pela conjuntura económica adversa que se atravessa;-----

-----De entre as dívidas a terceiros de Curto Prazo são inadmissíveis as dívidas omitidas em prestações de contas anteriores referentes às empresas Águas de Trás os Montes e Alto Douro no valor de 3.404.735,00€, Resíduos do Nordeste no valor de 1.384.211,00€ e à Associação de Municípios da Terra Quente de 2.083.184,00€ perfazendo um total de dívida só as estas três entidades de quase 7.000.000€! E aqui cabe a pergunta, será que se o governo não tivesse exigido às autarquias que apresentassem o valor oficial das suas dívidas, estas três em particular seriam desta forma apresentadas?-----

-----As taxas de execução financeira bem como as despesas de capital apresentadas neste documento são insignificantes, as piores dos últimos anos.-----

----- Tal como foi referido pelos vereadores do Partido Socialista, é inaceitável que este executivo que herdou há dez anos uma câmara com uma dívida na ordem dos 6.000.000€ (1.200.000 contos), uma dívida sustentável e aceitável para um município da dimensão do de Macedo de Cavaleiros, a tenha conseguido multiplicar por cinco, transformando esta autarquia numa autarquia com grandes constrangimentos financeiros para um futuro que se afigura longínquo. Não podem servir de desculpas os atrasos das verbas do QREN, não podem servir de desculpas os tarifários da água e da recolha de resíduos sólidos urbanos. Não podem servir de desculpas o aumento das ações sociais do município. Estas questões como já atrás referido são comuns aos outros municípios, uns conseguem, nós não! E os que conseguem, conseguem-no por gestão rigorosa, criteriosa, com estratégia, nunca enveredando por uma mera gestão político-partidária eleitoralista! Este documento, ao contrário do que o Sr. Vice-Presidente quer fazer crer aos macedenses mais distraídos, deixa-nos preocupados. São demasiados anos de apatia, de inépcia. O que vamos responder aos nossos filhos e aos nossos netos quando nos perguntarem quem foram os responsáveis pelo volt face das expectativas de futuro e desenvolvimento promissoras deste concelho? Tal como dissemos na apresentação das contas de gerência do ano 2010, gostaríamos de ver traduzido neste documento maior rigor na gestão dos recursos financeiros, melhor critério na aplicação e rentabilização dos dinheiros públicos, enfim, maior e melhor investimento naquelas que são as sobejamente conhecidas potencialidades do nosso concelho. Até podemos aceitar que se esforçam, até podemos aceitar que darão o vosso melhor, no entanto é nossa convicção que não chega, é nossa convicção que não tem chegado, é nossa convicção que não são capazes! Pelo exposto e pelo facto de este ser um documento técnico que visa transmitir o tratamento contabilístico da documentação referente ao exercício de 2011, e numa atitude que pautamos de coerente face à posição tomada em relação às Grandes Opções Plano e Orçamento para 2011, a bancada do Partido Socialista abstém-se na votação das Contas de Gerência referentes ao ano de 2011.”-----



-----**JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD)** – Quanto ao documento de Prestação de Contas de 2011 há de facto aspectos que importa salientar, uns positivos e outros nem tanto. Do ponto de vista estrutural o documento está bem elaborado como já vem sendo hábito, cumpre-se o princípio do equilíbrio orçamental, o que também vem sendo feito ao longo dos últimos anos. Do ponto de vista do endividamento e aquilo que é o endividamento de médio e longo prazo remunerado e endividamento bancário há uma redução significativa, o mesmo não acontecendo relativamente ao endividamento de curto prazo, aqui explicado pelo Sr. Presidente da Câmara, pela dívida às Águas de Portugal e Resíduos do Nordeste. Há uma evolução das receitas próprias que é a sua diminuição, fruto do clima económico que se está a atravessar e que de alguma forma, penaliza os cofres municipais. Por outro lado, a despesa com o pessoal, apesar da subida das responsabilidades da Câmara Municipal nos últimos anos, com o conjunto de novas estruturas, há uma diminuição relativa das despesas e em consequência disso, o rácio da despesa total com o pessoal baixa cerca de 1,5%, assim como o peso dos juros face à despesa total. Neste clima de forte constrangimento económico isto obrigará a que a Câmara Municipal nos próximos anos, faça uma gestão muito cuidada do seu orçamento, porque naturalmente importa libertar meios para continuar a participar, aquilo que são as obras de que Macedo necessita.-----

-----**BENJAMIM DO NASCIMENTO PEREIRA RODRIGUES (PS)** – No que diz respeito ao documento de prestação de contas e no que se refere aos activos e passivos pediu que lhe explicassem o que entendem por 60 milhões de activos. Este será um valor real, inflacionado ou de avaliações passadas? Pessoalmente, se se governasse com os seus activos-passivos, estava desgraçado com as pessoas que lhe devem dinheiro, pois não se governava. Assim, entende que devem considerar as receitas que têm e onde as podem ir buscar. Relativamente ao posicionamento das dívidas das Câmaras e atendendo a que a Câmara de Macedo é pequena e atendendo ao facto de esta ocupar, o 7.º pior lugar a nível nacional, deixa-o muito triste. A Câmara de Macedo não tem praticamente execução orçamental, então como justificam a necessidade de a Câmara de Macedo ter 300 funcionários, quando a Câmara de Bragança só tem 370. Se tiverem em conta o volume de obras que esta Câmara (a de Bragança) apresenta devia ter no mínimo 1 500 funcionários.-----

-----Relativamente à justificação feita pelo Sr. Presidente da Câmara de que não têm receitas, nomeadamente pela diminuição dos valores dos FEF's, relembra que a sua Freguesia (Talhas), tal como todas as outras, foram afectadas por essa diminuição dos FEF's e gostava sinceramente que o Sr. Presidente da Câmara justificasse estes passivos, com factos plausíveis e não com a diminuição dos FEF's, pois é com esta diminuição que ele próprio gere a sua Freguesia, porque a Câmara Municipal o que lhe tem atribuído, é zero.-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou novamente a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** que da intervenção do Deputado Municipal, Sr. Luís Batista para anunciar o sentido de voto do Partido Socialista, recorda que em reunião de Câmara quando os Srs. Vereadores fizeram alguma confusão entre os resultados líquidos do exercício, negativos

num determinado montante este ano, positivos no ano anterior, conseguindo somar tudo e fazer parecer que a soma destes dois valores tinha relevância, quer contabilística quer política, pensou obviamente que seria um equívoco. Repetindo-se a pergunta segunda vez, o equívoco está fora de questão, sendo portanto desconhecimento, ou tentativa de baralhar os pares desta Assembleia. De seguida deu um exemplo sobre a questão dos resultados líquidos do exercício.-----

-----Quanto à questão colocada pelo Presidente da Junta de Talhas, Sr. Benjamim Rodrigues relativamente aos 60 milhões dos activos e dos passivos, e sobre o rigor destes números, informou que o rigor é o rigor da contabilidade e dos critérios de quantificação de activos e de passivos.-----

-----No caso da dívida, clarificou que nas Águas há um passivo tarifário e há um diferendo de facturações. Há inclusivamente um litígio formal entre a Câmara e a Empresa das Águas de Trás-os-Montes no reconhecimento de facturações, quer em termos do tipo de facturações, quer em termos dos valores e a incorporação contabilística é que traduz este montante de dívidas. Têm dívida e acréscimos de dívida, mas esta é uma forma de antecipar receitas, para concretizar coisas e concretizá-las muitas vezes é a oportunidade de fazer por menos. Ou continuamos a fazer, pagando uma parte daquilo que investirem e pondo o resto com Fundos Comunitários, ou então não se faz nada. Isto são opções e a desta Câmara foi de investir para colher, montando uma estratégia cultural para ter esses frutos. No turismo, foi montar uma estratégia de investimento de ambiente. Na qualidade ambiental para fazer a diferenciação, foi investir em infra-estruturas e investir neste e noutros espaços necessários para que haja qualidade de vida e condições para um tipo de turismo, que esta Câmara reivindica e pretende atingir.-----

-----**DELIBERAÇÃO: Apreciado o assunto a Assembleia Municipal por maioria com 53 votos a favor, 1 voto contra da Deputada Municipal, Maria Idália Ferreira Correia Mateus e 17 abstenções, dos Deputados, Fernando Humberto Gomes, Benjamim do Nascimento Pereira Rodrigues, Pedro Fernando Reis Mascarenhas, Manuel António Machado Carvalho, Luís Adelino Batista, Manuel Luís Gomes Vaz, Maria Virgínia Gonçalves de Sousa, Isabel Maria Vaz Mesquita Costa, João Lourenço Correia, Celina da Conceição de Sá Martins, Maria Manuela Santos, Maria José Alves de Lima, Jorge Orlando Pires Asseiro, Manuel António de Sá Mico, António Joaquim de Araújo Oliveira, Camilo António Morais e António Carlos Manso Gonçalo, deliberou aprovar os Documentos de Prestação de Contas do ano de 2011, que aqui se dão como integralmente transcritos ficando cópia dos mesmos, devidamente arquivada na pasta correspondente a esta reunião.**-----

-----**PONTO 2.6 – DESIGNAÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA**-----

---



-----Os Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP propõem para integrar a Comissão Municipal de Toponímia a Deputada Municipal, Maria Inês Falcão Bárrios.-----

-----

-----Foi designada por lista A.-----

-----

-----Procedeu-se de imediato à votação por escrutínio secreto.-----

-----

-----**Após serem conferidos os votos, verificou-se que votaram 71 Deputados Municipais, sendo 51 votos a favor, 18 votos em branco e 2 nulos, tendo sido eleita para integrar a Comissão Municipal de Toponímia a Deputada Municipal, Maria Inês Falcão Bárrios.**-----

-----**PONTO 2.7 – DESIGNAÇÃO DE UM MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CADA PARTIDO PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE**-----

-----Os Grupos Parlamentares do PSD e do CDS/PP propõem para integrar o Conselho Municipal de Juventude os Deputados Municipais, Ana Rita Simão Rodrigues e Henrique Manuel Vaz Afonso, respectivamente.-----

-----

-----O Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe para integrar o Conselho Municipal de Juventude o Deputado Municipal, Vítor Hugo Batista Matos.-----

-----

-----Por inerência, e uma vez que só têm um membro eleito, o B.E. é representado pelo Rogério Paulo Esteves Martins e a CDU pela Maria Idália Ferreira Correia Mateus.-----

-----

-----Procedeu-se de imediato à votação por escrutínio secreto.-----

-----

-----

-----**Após serem conferidos os votos, verificou-se que votaram 71 Deputados Municipais, sendo 63 votos a favor, 8 votos brancos e 1 voto nulo, tendo sido eleitos para integrar o Conselho Municipal de Juventude, os seguintes Deputados Municipais: Ana Rita Simão Rodrigues, Vítor Hugo Batista Matos, Henrique Manuel Vaz Afonso, Maria Idália Ferreira Correia Mateus e Rogério Paulo Esteves Martins.**-----

-----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Conforme estipula o n.º 1 do artigo 84º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Exmº Sr. **Presidente da Assembleia**, perguntou se havia alguém no **público** que quisesse neste momento intervir. -----

-----Não houve quem pretendesse usar da palavra:-----

-----

-----Finalmente foi posto à votação para **aprovação em minuta**, dos pontos 2.4, 2.5, 2.6 e 2.7 desta ordem do dia, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

-----

-----**Eram vinte e quatro horas e não havendo mais nada a tratar, foi pelo Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarada encerrada a reunião, e do que nela se passou, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelos Ex.mos. Presidente, 1º e 2º Secretários.--**

---

---

---